

## PARECER JURÍDICO – AJ/D147/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2025/ADM

DISPENSA ELETRÔNICA – Nº 7/2025-046PMT/2025

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUÇÃO DE BUFFET PARA CAMARINS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO EVENTO REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE TUCUMÃ-PA, 4º ARRAIÁ SOL RAIÁ**

**CONSULTA: LEGALIDADE DE MINUTAS**

Foi encaminhado para esta assessoria pela Comissão Permanente de Contratação do Município de Tucumã, os presentes autos para fins de parecer jurídico acerca da legalidade da contratação de empresa para contratação de empresa para prestação de serviços execução de buffet para camarins, atendendo as necessidades do evento realizado pelo município de Tucumã-PA, 4º ARRAIÁ SOL RAIÁ.

Esclareça-se que a presente contratação, foi fundamentada no art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação será realizada nesta modalidade, por não atingir o limite de valor exigido para aplicação de outra modalidade licitatória.

Compulsando os documentos que o integram, nos ativemos ao Termo de Referência que assim dispôs:

### 2. BASE LEGAL

2.1. A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, bem como, pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024 e, também, o Decreto nº 114/2024, de 19 de agosto de 2024.

2.2. De acordo com o art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação será realizada nesta modalidade, por não atingir o limite de valor exigido para aplicação de outra modalidade licitatória.

### 3. CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO, MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. A prestação dos serviços, a serem contratados, dadas as suas características e finalidade, enquadra-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 28 do Decreto Municipal nº 003/2024.

3.2. A contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de CONTRATAÇÃO DIRETA por DISPENSA DE LICITAÇÃO com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por ITEM em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

3.3. O procedimento a ser adotado, será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores e pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024.

### 4. DO OBJETO

4.1. Este Termo de Referência tem por objetivo apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes para a contratação de empresa para prestação de serviços execução de buffet para camarins, atendendo as necessidades do evento realizado pelo Município de Tucumã-PA, 4º Arraiá Sol Raiá.

## 5. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O Presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviços execução de buffet para camarins, atendendo as necessidades do evento realizado pelo Município de Tucumã-PA, 4º Arraiá Sol Raiá, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### PLANILHA DESCRITIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR REF R\$	VALOR TOTAL R\$
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA CAMARIM SHOW ARTISTICO DA BANDA BONDE DO FORRO	01	SERVIÇO	3.415,916	3.415,92
<p><i>ESPECIFICAÇÃO: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA O SHOW ARTISTICO DA BANDA BONDE DO FORRÓ CONTENDO OS SEGUINTE ITENS COMIDA JAPONESA BARCA COMPLETA PARA 7 (SETE) PESSOAS CESTA DE FRUTAS VARIADAS 1 (UM) CENTO DE SALGADOS VARIADO 1 (UM) MIX DE CASTANHAS 2 (DUAS) CAIXAS DE CHOCOLATE 5 (CINCO) UNIDADES DE TRIDENT MENTA 30 (TRINTA) ENERGETICO SEM AÇUCAR LATA 20 (VINTE) REFRIGERANTE LATA SABORES VARIADOS 10 (DEZ) GATORADE SABORES VARIADOS 10 (DEZ) AGUA DE COCO EM COPINHO DE 300ML 20 (VINTE) AGUA MINERAL SEM GÁS 500ML 10 (DEZ) AGUA MINERAL COM GÁS DE 500ML 8 (OITO) TOALHAS DE ROSTO 1 (UM) PACOTE DE COPO DESCARTAVEL 3 (TRES) PACOTES DE PRATOS DESCARTAVEIS 1 (UM) PACOTE DE TALHERES DESCARTAVEIS</i></p>					
02	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA CAMARIM SHOW ARTISTICO DA BANDA BONDE DO FORRO	01	SERVIÇO	4.070,222	4.070,22
<p><i>ESPECIFICAÇÃO: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA O SHOW ARTISTICO DA BANDA BONDE DO FORRÓ - MUSICOS CONTENDO OS SEGUINTE ITENS 4 (QUATRO) PIZZAS GRANDE, SABORES VARIADOS 2 (DOIS) BOLOS CASEIRO, SABOR CHOCOLATE E BAUNILHA FRUTAS VARIADAS PARA 20 (VINTE) PESSOAS 2 (DUAS) CAIXAS DE CHOCOLATE 10 (DEZ) UNIDADES DE TRIDENT MENTA TAPIOCA PARA 20 (VINTE) PESSOAS 1 (UMA) GARRAFA DE CAFE ADOÇADO 20 (VINTE) ENERGETICO SABORES VARIADOS 10 (DEZ) REFRIGERANTES LATA SABORES VARIADOS 10 (DEZ) H2O LIMÃO DE 500ML 10 (DEZ) GATOREDE DE 500 ML 10 (DEZ) AGUA DE COCO, COPO DE 300ML 20 (VINTE) AGUA MINERAL SEM GÁS 500ML 10 (DEZ) AGUA COM GAS DE 500ML 1 (UM) FARDO COPO DESCARTAVEL 1 (UM) PACOTE DE PRATOS DESCARTAVEIS 1 (UM) PACOTE DE TALHERES DESCARTAVEIS 2 (DOIS) FARDOS DE AGUA MINERAL SEM GÁS 500ML, DISPONIVEL PARA MONTAGEM E PASSAGEM DE SOM DOS MUSICOS.</i></p>					
03	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA O SHOW ARTISTICO DA BANDA BIU DO PISEIRO	01	SERVIÇO	4.717,695	4.717,70
<p><i>ESPECIFICAÇÃO: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA O SHOW ARTISTICO DA BANDA BIU DO PISEIRO CONTENDO OS SEGUINTE ITENS 2 (DOIS) LITROS DE ÁGUA DE COCO 25 (VINTE E CINCO) LATAS DE ENERGETICO 1 (UM) SACO DE GELO EM CUBO 1 (UM) PACOTE DE COPOS DESCARTAVEIS GRANDE 48 (QUARENTA E OITO) GARRAFAS DE 500ML DE AGUA MINERAL GELADA 24 (VINTE E QUATRO) LATAS DE REFRIGERANTE COCA COLA ZERO 4 (QUATRO) CAIXAS DE SUCO DE 1 LITRO SABORES DIVERSOS 1 (UMA) TABUA DE FRIOS PARA 15 PESSOAS 3 (TRES) PIZZAS GRANDES, SABORES DIVERSOS SEM PIMETÃO E CEBOLA FILÉ DE FRANGO GRELHADO COM ARROZ, FILÉ BOVINO E PÃO TIPO FRANCES, PARA 15 PESSOAS 2 (DUAS) CAIXAS DE CHOCOLATE 6 (SEIS) TRIDENT SABORES VARIADOS 2 (DOIS) BOLOS, SABORES VARIADO 10 (DEZ) ACHOCOLATADO DE 200ML 6 (SEIS) GATORADES SABORES VARIADOS 3 (TRES) PACOTES DE GUARDANAPOS 3 (TRES) PACOTES DE PRATOS DESCARTAVEIS 3 (TRES) PACOTES DE TALHERES DESCARTAVEIS.</i></p>					
04	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA CAMARIM SHOW ARTISTICO DA CANTORA LUIZA MAR	01	SERVIÇO	3.990,928	3.990,93
<p><i>ESPECIFICAÇÃO: SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA CAMARIM SHOW ARTISTICO DA CANTORA LUIZA MARTINS CONTENDO OS SEGUINTE ITENS 1 (UMA) JARRA DE SUCO NATURAL DE LIMÃO DE 1LT 12 (DOZE) LATAS DE REFRIGERANTE, COCA COLA ZERO 24 (VINTE E QUATRO) AGUA MINERAL SEM GÁS 500ML 24 (VINTE E QUATRO) AGUA MINERAL COM GÁS DE 500ML 24 (VINTE E QUATRO) LATAS DE ENERGETICO ZERO AÇUCAR 4 (QUATRO) H2O DE 600ML 24 (VINTE E QUATRO) AGUAS TONICA LATA 6 (SEIS) LITROS DE AGUA DE COCO 08 (OITO) GATORADE VARIADOS SABORES DE 600ML 1 (UMA) GARRAFA DE CAFE SEM AÇUCAR 1 (UM) ADOÇANTE ZERO CAL ARROZ BRANCO COZIDO PARA 8 (OITO) PESSOAS FEIJÃO TROPEIRO PARA 08 (OITO) PESSOAS FILE DE FRANGO GRELHADO CARNE BOVINA, BIFE ACEBOLADO 01 (UM) AZEITE EXTRA VIRGEM SALADA DE ALFACE, TOMATE, BRÓCOLIS, AZEITONAS E PALMITO 1 (UMA) CESTA DE FRUTAS 1 (UMA) TÁBUA DE FRIOS 6 (SEIS) UNIDADES DE TRIDENT SABOR MENTA COPOS, PRATOS, TALHERES DESCARTAVEIS 01 (UM) PACOTE DE GUARDANAPO 2 (DUAS) BARRAS DE CHOCOLATE 2 (DUAS) CAIXAS DE CHOCOLATE 01 (UMA) PORÇA DE MIX DE CASTANHA</i></p>					
05	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA CAMARIM SHOW ARTISTICO DA BANDA DA CANTS	01	SERVIÇO	4382,266	4382,27

ESPECIFICAÇÃO : SERVIÇO ESPECIALIZADO DE BUFFET PARA CAMARIM SHOW ARTISTICO DA BANDA DA CANTORA LUIZA MARTINS CONTENDO OS SEGUINTE ITENS 24 (VINTE E QUATRO) REFRIGERANTE COCA COLA LATA 32 (TRINTA E DUAS) LATAS DE ENERGETICO 48 (QUARENTA E OITO) GARRAFAS DE AGUA MINERAL SEM GÁS DE 500ML 24 (VINTE E QUATRO) GARRAFAS DE AGUA COM GÁS DE 500ML 1 (UMA) GARRAFA DE CAFE ADOÇADO 6 (SEIS) CAIXAS DE 1LT DE SUCO DE SABORES VARIADOS 12 (DOZE) GATORADES SABORES VÁRIADOS ARROZ BRANCO FEIJÃO TROPEIRO BIFE BOVINO ACEBOLADO PARA 16 PESSOAS 1 (UMA) CESTA DE FRUTAS 2 (DUAS) CAIXAS DE BOMBOM 3 (TRES) PIZZA GRANDES SABORES VARIADOS 1 (UM ) CENTO DE SALGADO ASSADOS 1 (UM) PACOTE DE COPO, PRATOS, TALHERES E GUARDANAPO DESCARTAVEIS 6 (SEIS) UNIDADES DE TRIDENT SABOR MENTA PARA PASSAGEM DE SOM 1 (UMA) GARRAFA DE CAFÉ ADOÇADO 1 (UMA) CAIXA TERMICA COM GELO 48 (QUARENTA E OITO) GARRAFAS DE AGUA SEM GÁS DE 500ML.

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$	20.577,03
--------------------------	-----------

5.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 003, de 2024.

5.3. O serviço objeto desta contratação é comum, uma vez que sua descrição e detalhamento não guardam a complexidade, ou, mesmo, dificuldade de identificação, pois é possível estabelecer, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, possibilitando a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes pelos padrões pré-estabelecidos e conhecidos do mercado.

5.4. O valor estimado da contratação é de R\$ 20.577,03 (vinte mil quinhentos e setenta e sete reais e três centavos).

5.5. A Nota de Empenho de despesa terá força de contrato, na forma do art. 95, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 6. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A presente justificativa visa demonstrar a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de buffet, com fornecimento de alimentação, lanches e bebidas não alcoólicas, para atendimento aos camarins dos artistas, músicos, equipe técnica e organização do evento durante a realização do 4º Arraiá Sol Raiá, promovido pelo Município de Tucumã/PA.

6.2. O Arraiá Sol Raiá é um dos maiores eventos culturais e festivos do município, realizado anualmente com o objetivo de valorizar as tradições juninas, promover o turismo local, incentivar a economia informal e oferecer lazer gratuito à população. O evento conta com a participação de atrações musicais regionais e nacionais, grupos de dança, quadrilhas juninas, feiras gastronômicas e apresentações artísticas.

6.3. Diante da magnitude e da complexidade do evento, torna-se indispensável oferecer estrutura adequada nos bastidores, o que inclui o fornecimento de alimentação nos camarins, garantindo conforto, segurança alimentar e condições adequadas para o desempenho das atividades por parte dos artistas e profissionais envolvidos na realização do evento.

6.4. A contratação de empresa especializada para fornecimento do buffet se justifica pelos seguintes fatores:

6.4.1. Demanda pontual e específica: A necessidade é diretamente ligada à realização do evento, com data e período definidos, o que exige contratação sob regime eventual e por tempo determinado.

6.4.2. Garantia de qualidade e segurança alimentar: Apenas empresa devidamente registrada e com experiência no fornecimento de alimentação para eventos pode garantir a manipulação adequada dos alimentos, cumprimento das normas sanitárias e atendimento às exigências técnicas e nutricionais.

6.4.3. Inexistência de estrutura própria: O município não dispõe de meios próprios, pessoal capacitado nem infraestrutura para preparar e fornecer alimentação nos padrões exigidos para camarins em eventos de grande porte.

6.4.4. Apoio à execução do evento: O buffet integra a estrutura organizacional e operacional do evento, sendo item essencial para o cumprimento das obrigações contratuais com artistas e prestadores de serviço, além de contribuir para o bom andamento da programação.

6.5. Dessa forma, a contratação se mostra necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e qualidade na gestão dos recursos públicos aplicados em eventos culturais.

#### Do Estudo Técnico Preliminar

6.6. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 003/2024, em seu artigo 41, inciso II, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar -ETP, no qual é facultado a sua elaboração nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021. Desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada da instrução a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica.

## MÉRITO

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

**I** - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

**II**- redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. ”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta

dos serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica *“in abstracto”*, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No que tange as justificativas apresentadas, conforme já colhido ao norte, apresentou razões robustas e que no entendimento desta assessoria, se prestam a preencher de maneira adequada a exigência motivacional para formação do processo.

Ato contínuo, devidamente instruído, o processo fora remetido a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação direta de empresa para a execução do serviço ora solicitado.

Desta feita, como previsto na norma superior, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Com efeito, conforme previsto na norma licitatória, os critérios ali dispostos, se aplicam no caso em tela uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de outros serviços e compras.

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;

Outrossim, ainda quanto à este dispositivo, importante mencionar o Decreto 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualizou valores da lei 14.133/21. Senão vejamos:

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, <i>caput</i> , inciso XXII	R\$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 70, <i>caput</i> , inciso III	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso I	R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso IV, alínea "c"	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 10.036,10 (dez mil trinta e seis reais e dez centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos)
Art. 184-A	R\$ 1.576.882,20 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, não seja superior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Sendo que o presente processo, possui o valor total estimado da contratação é de R\$ 20.577,03 (vinte mil quinhentos e setenta e sete reais e três centavos), o que se enquadra no limite legal.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta, através de solicitação formal de cotação e justificativa pela não utilização de pesquisa de preço em bancos de dados públicos.

Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Compulsando os autos do processo, verifico que a contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com a adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcançasse suas finalidades essenciais, quais sejam, igualdade de tratamento entre os diversos interessados em contratar com a administração pública, somada à possibilidade de escolher dentre as ofertas apresentadas, aquela que for mais vantajosa ao interesse público.

Na linha de raciocínio aqui sufragada, constata-se que, para haver respaldo legal, a contratação direta deve se basear em justificativas. A justificativa de Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

Entretanto, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

## DA PUBLICIDADE DOS ATOS NO PNCP

É cediço que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é sítio eletrônico oficial destinado à:

- I – divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei;
- II – realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, conforme disposto no artigo 174, da Nova Lei.

Percebemos que a Nova Lei se trata de norma geral, aplicável, por disposição expressa normativa, para todos os entes federados.

Desse modo, podemos concluir que, com a sanção da Lei nº 14.133/2021, o veículo oficial de divulgação dos atos relativos às licitações e contratações públicas passa a ser o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Para reforçar esse entendimento, transcrevo aqui, dentre outras referências, dois dispositivos da citada norma versando sobre a publicidade dos atos licitatórios e contratuais no PNCP. Primeira está contida no artigo 54, que assim dispõe:

“Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”.

Já a segunda, está no artigo 94. Vejamos:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

*I* – 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

*II* – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

Referidas normas podem induzir a 2 conclusões distintas, ambas, claro, defensáveis, afinal, interpretação implica a busca do melhor significado, dentre os vários possíveis, de um determinado texto normativo”.

Diante disso, entendo que o relevante e de interesse público é que ocorra efetivamente a publicação dos instrumentos convocatórios e dos

extratos dos contratos, cumprindo dessa forma o princípio constitucional da publicidade. E neste esboço, o TR constante nos autos, assim previu:

“O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.”

Assim, concluímos que a Lei de Licitações está plenamente válida e eficaz, podendo ser utilizada no caso contrato.

Antes de finalizar, compete ressaltar que, o parecer aqui exarado não contempla as hipóteses de fracionamento da despesa, cabendo ao gestor a adoção das medidas administrativas necessárias para evitar o fracionamento da despesa através de contratações formalizadas por dispensa de licitação, pois tal conduta além de ilegal caracterizará afronta as normas e princípios que norteiam a licitação.

## CONCLUSÃO

Antes de concluir, é importante esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, todas as considerações aqui expostas, trata-se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente.

No caso desta Dispensa de Licitação, entende esta assessoria que todos os requisitos legais foram preenchidos. Dessa forma, opino favoravelmente pela possibilidade de contratação direta dos serviços.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e quaisquer considerações das autoridades competentes.

É nosso parecer, SMJ.

Tucumã-PA, 05 de junho de 2025.

SÁVIO ROVENO OAB/PA 9561  
Assessoria Jurídica

